



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de sanção da Lei nº 4.177/2004, que dispõe sobre o Plano de
Carreira de Cargos Técnico-Administrativos em Educação**

Brasília-DF, 12 de janeiro de 2005

Eu quero cumprimentar o meu querido companheiro Tarso Genro,
ministro da Educação,

Meu querido companheiro Nelson Machado, ministro interino do
Planejamento, Orçamento e Gestão,

Meu querido companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República,

O companheiro Berger, que está aqui representando a Casa Civil,

Cumprimentar os parlamentares,

Os reitores,

O Paulo Henrique Rodrigues dos Santos, coordenador-geral da
Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras,

O senhor Ewaldo Nazaré da Câmara Silveira, coordenador-geral do
Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional,

O nosso querido companheiro Sérgio Mendonça, que é o secretário de
Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,

Quero cumprimentar a todos os companheiros e companheiras técnico-
administrativos em educação,

Quero cumprimentar meus amigos, minhas amigas,

Quero dizer para vocês que eu não sei se vou ler tudo isso, mas acho
que vou ler.



Deixem-me, primeiro, dizer uma coisa para vocês. Em 1993, eu era coordenador do Instituto Cidadania, lá em São Paulo, e resolvi constituir um grupo de sindicalistas do servidor público e da indústria, para que a gente pudesse discutir a possibilidade de estabelecer, no setor público, o contrato coletivo de trabalho.

Eu imaginava que seria possível estabelecer uma relação que fosse o nascedouro de um novo padrão de relação entre o governo e os servidores públicos, entre o Estado e a sociedade. E trabalhamos muitos e muitos meses.

Naquela época, a Luiza Erundina tinha saído da prefeitura de São Paulo e foi ser a coordenadora. Participaram as principais categorias de trabalhadores do setor público e também as principais categorias de trabalhadores do setor privado. Nós não tínhamos dinheiro e, na época, foi financiado por alguns sindicatos. E produzimos um texto chamado “Diretrizes Básicas para a Implantação do Contrato Coletivo de Trabalho no Serviço Público”. Mas, depois de aprovado o documento, nós constatamos, Tarso, que na verdade, não havia um preparo para debater aquele assunto, nem do lado dos prefeitos, nem do lado dos governadores, nem do lado dos sindicalistas, nós não tínhamos o hábito de fazer isso.

Só para vocês terem idéia da gravidade da coisa: desde a Proclamação da República, o ano passado foi o primeiro ano em que o governo federal conseguiu fazer acordo com todos os sindicatos de servidores públicos, menos com os companheiros da Andes que não quiseram assinar o acordo. São 115 anos de vida, e se a gente não tenta, não vai estabelecendo a cultura. E por que eu estou dizendo isso? Porque todo mundo aqui que é pai ou mãe, que tem filhos, sabe o que é carregar dois filhos no banco de trás de um carro, brigando por causa de qualquer coisa. E se for menina, muito pior ainda, a briga é dentro de casa, briga por roupa, é um negócio inacreditável. E muitas vezes as crianças brigam por nada. Quando chegamos em casa e vemos dois filhos brigando, a gente pergunta: por que estão brigando? É porque um



colocou a mão nas coisas que eram do outro, o outro pegou a máquina do outro, ou pegou o computador do outro, ou colocou uma meia do outro, ou seja, coisa que, teoricamente, poderia ser resolvida com meio minuto de conversa.

Se nós criarmos entre nós o hábito, primeiro, de acreditar que estamos sendo sinceros quando falamos “sim” e quando falamos “não”, e eu digo das duas partes, e tivermos paciência de sentar em torno de uma mesa e em torno dessa mesa for tentando tirar as nossas diferenças, nós vamos perceber que, ao longo de algumas conversas, a gente pode resolver muito mais problemas do que se entrar na disputa frontal, direta, em que as partes perdem até o ânimo de se sentar para conversar. É aquele negócio de colocar o pé na parede e dizer: “a minha verdade é absoluta, a do outro não vale nada”; ou seja, se a gente deixasse isso de lado e começasse a perceber o seguinte: “o que é possível fazer?” Primeiro, em função da veracidade, da honestidade, da seriedade da reivindicação. Segundo, e também do outro lado, da verdade e da veracidade, da capacidade orçamentária daquele que vai ter que assumir o compromisso de fazer o pagamento.

Se nós tivéssemos capacidade de criar, como tivemos no ano passado, essa tolerância sem que ninguém abrisse mão das suas convicções, nós poderíamos dar um avanço extraordinário nas negociações no Brasil. Acontece que muitas vezes nós, eu dizia sempre, eu não digo porque sou Presidente, quem me conhece há muito mais tempo e sabe da minha vida como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, sabe que toda vez que eu ia para um encontro, em qualquer estado do Brasil, eu dizia: é muito mais fácil a gente dizer “não” do que dizer “sim”; e é muito mais fácil a gente decretar uma greve do que parar essa greve.

Primeiro porque para decretar, qualquer um pode decretar. Para parar tem que ter liderança. Um cidadão pode chegar numa assembléia faltando 10 minutos para terminar, pode fazer um discurso e determinar que aquela categoria vá à greve, no setor público e no setor privado. Mas nem todos têm



autoridade para chegar numa assembléia e propor: “companheiros, nós temos que parar a greve porque a proposta é mais ou menos, é razoável. Porque o primeiro que gritar, lá embaixo, assusta o orador e ele prefere permitir que a greve termine por inanição, o que é, na minha opinião, a forma mais covarde de alguém ser dirigente sindical. É não ter coragem de dizer para a categoria aquilo que está na hora de fazer. E nós temos visto muito isso na história do Brasil.

Eu me lembro de uma assembléia de uma categoria importante, que eu, o Vicentinho, na época, era só presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e nós nos propusemos a ir ao local de trabalho, fazer uma assembléia com os trabalhadores para tentar convencê-los do que estava acontecendo e quais seriam os passos que deveriam ser dados. As pessoas não aceitaram e no dia seguinte acabaram a greve com base numa mentira absurda, nunca aconteceu o que foi prometido para os trabalhadores.

Então, eu acho, que se nós estabelecermos isso entre nós, a gente pode construir muito mais. Porque da mesma forma que um companheiro, seja o Marinho, presidente da CUT, seja um companheiro presidente do Sindicato dos Bancários, Petroleiro ou da Fasubra, se enche de razão para ir dizer aos trabalhadores: “não vamos aceitar”; dependendo do nível da discussão, o Ministro se enche de razão para dizer: “não vamos negociar”. E aí, todo mundo conhece aquela brincadeira em que “nêgo” estica a mão e fala: “quem ‘relar’ aqui primeiro ganha a disputa”.

Eu acho que no ano passado o Sérgio Mendonça teve um papel extremamente importante, não sei se é por isso que ele está com o cabelo mais branco, mas ele teve um papel muito importante, junto com mais sete ministros, é importante lembrar. Sete ministros dos quais seis eram sindicalistas, e dos bons sindicalistas que o Brasil teve, que conseguiram chegar a um patamar senão bom, porque nós nunca vamos fazer aquilo que é o ótimo, é sempre importante que a gente tenha uma coisinha para reclamar no



ano seguinte. Mas a gente deu um passo extremamente importante.

É por isso que eu acho que o que nós estamos fazendo hoje, sancionando esta lei, é um passo importante.

Eu quero dizer para os companheiros sindicalistas que eu não espero que vocês estejam contentes, sempre achando que está tudo resolvido, porque o dia em que vocês chegarem a essa conclusão não tem nem razão mais de ter sindicato. O que eu quero é que a gente não perca o bom senso para estabelecer todas as discussões possíveis, e até as impossíveis, até que a gente possa ir subindo degrau por degrau e construir uma base sólida em que a máquina pública seja tratada dignamente por qualquer que seja o governo, como é em qualquer democracia sólida no mundo. No mundo mais velho do que nós, para não dizer mais desenvolvido, mas mais velho do que nós, nós percebemos que, independentemente de quem seja o governo, tem uma máquina pública que funciona perfeitamente bem. E todo mundo sabe qual é o valor da máquina pública, todo mundo sabe qual é o valor e o papel daqueles que ganham as eleições e vão governar por um prazo determinado.

Aqui no Brasil, desde o começo da década de 90, do final da década de 80, ser funcionário público era sinônimo de coisa ruim. Se o cidadão ganhasse 500 reais por mês, já era chamado de “marajá”. Por quê? Porque se pegava como paradigma a miséria, muitas e muitas vezes o funcionalismo público brasileiro foi tachado de “marajá”, porque se pegava como paradigma “tantos milhões de desempregados”, “tantos milhões de famintos”. Ora, para esses, um cara que ganha 100 já é “marajá”. E vamos ser francos, foi um período extremamente difícil, em que muita gente, muitas vezes, tinha até vergonha de dizer que era servidor público, porque era sinônimo... de vez em quando colocam a manchete: “fulano de tal ganha 20 mil reais por mês.” E isso bate um carimbo nas costas de todo mundo, achando que todo mundo ganha aquilo, quando, na verdade, tem uma grande maioria que ganha aquém do que a dignidade da profissão exige que a pessoa ganhe. Na maioria das vezes.



Então, esse é um início bom, de se começar a recuperar e a despertar dentro da consciência de cada um de vocês a idéia de que o primeiro passo está sendo dado para que a gente possa começar um processo de justiça na carreira do servidor público brasileiro, sobretudo nas nossas universidades, que foram colocadas para escanteio durante muitos e muitos anos na história deste país.

De vez em quando vocês lêem na imprensa dizendo assim: “ah, porque esse governo fala que é tudo a primeira vez, é tudo a primeira vez.” Eu não gostaria que fosse tudo a primeira vez, mas é quase tudo a primeira vez. Por exemplo, é a primeira vez que acontece um ato como este em muitos e muitos anos de República.

Nossa querida Gazzola esteve aqui conosco. Foi a primeira vez, na história da República, que um presidente da República reuniu-se duas vezes com todos os reitores das universidades federais. Isso é o mais simples de fazer, mas não se fazia. E nós, então, resolvemos fazer. E foi esse fazer, foi essa quantidade de reuniões que foram feitas, às vezes cansativas, muitas vezes vocês têm que se deslocar do estado de vocês e vir para cá, nem sempre têm dinheiro para pagar uma diária de hotel e, quando têm, o sindicato fica pagando a dívida no ano seguinte.

Foi essa vontade de vocês que permitiu que a gente pudesse chegar onde nós chegamos. Como disseram os dois companheiros: “é muito, mas não é tudo.” E quem sabe seja pouco, ainda, diante do que nós temos que fazer para consolidar definitivamente um funcionalismo público que possa ser tratado com respeito e com decência neste país.

Já foi dito aqui que esta lei que nós sancionamos hoje representa uma conquista de uma coisa histórica. E tem que ser trabalhada para ser aperfeiçoada.

Mas é importante lembrar a vocês, sobretudo à nossa querida imprensa brasileira, que nós estamos criando o plano de carreira para os 151 mil



servidores técnico-administrativos que compõem os quadros de pessoal das universidades federais, escolas técnicas e agrotécnicas, e centros federais de educação e tecnologia.

Todos que conhecem a máquina administrativa têm motivos para se orgulharem dos servidores públicos brasileiros. Essa é outra coisa, para mim, impressionante: a qualidade do funcionalismo público brasileiro. Pode ter destoamento em qualquer lugar, mas tem até em time de futebol, tem o bom, tem o ruim, mas eu diria que é para cima da média a dedicação que as pessoas têm, que os servidores públicos brasileiros têm.

A iniciativa privada tem fama de que lá se trabalha muito e não se ganha tanto. Os servidores públicos têm uma fama contrária: a de que ganham muito e trabalham pouco. Durante dez anos isso foi vendido para a sociedade brasileira: o servidor público é aquele que não trabalha e ganha muito; a iniciativa privada são aqueles que trabalham muito e ganham pouco. É só vocês pegarem, aqui do Palácio do Planalto, 50 profissionais da mais alta competência e compararem com o salário da iniciativa privada que vocês vão perceber que os nossos ganham um terço do que ganham os da iniciativa privada. E o que me impressiona é a dedicação das pessoas.

Por isso, eu acho que nós estamos dando um passo importante em fazer este reconhecimento público de uma coisa que esteve escondida durante tanto tempo na história administrativa do Brasil.

A verdade é que no serviço público se trabalha muito e se formam profissionais da mais alta competência que, muitas vezes, não recebem uma remuneração condizente. E aí, muitas vezes, as pessoas vão para a iniciativa privada.

O estado brasileiro tem contenciosos históricos com seus servidores que não são fáceis de resolver em poucos anos. São dívidas de mais de três décadas que vêm se acumulando. A diferença é que o nosso governo está empenhado na construção conjunta de uma base sólida para resolver esses



problemas.

O ano de 2004, nesse sentido, tornou-se um marco: foi o primeiro ano na nossa história republicana em que houve um amplo acordo coletivo entre os servidores públicos brasileiros e o governo, assinado por todos os sindicatos – com exceção dos companheiros da Andes, como eu já disse agora há pouco.

Criamos a Mesa nacional e as setoriais de Negociação Permanente, com a participação de sete ministros, e estamos estabelecendo um novo padrão de relação entre o governo e o funcionalismo público, que deve começar outra vez com a Mesa de Negociação.

Meus queridos companheiros e companheiras,

Com a sanção desta Lei, nosso governo cumpre o acordo firmado – através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Educação – com entidades representativas dos servidores públicos. Entidades como a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE.

Avançamos, assim, com a nossa política de revitalização e valorização das carreiras e das remunerações no âmbito da Administração Pública Federal.

Quero destacar aqui alguns pontos essenciais desta Lei, que passa a beneficiar, tanto do ponto de vista funcional quanto salarial, ampla parcela de servidores, definindo o seguinte: 1 – o Plano de Carreira dos cargos técnico-administrativos em Educação; 2 – atribuições gerais dos servidores; 3 – as condições de ingresso e as formas de desenvolvimento; 4 – a remuneração e o enquadramento dos atuais servidores; 5 – as etapas de implantação do novo Plano.

A Lei garante ainda que os quadros de pessoal das instituições federais de ensino serão estruturados, geridos e periodicamente revistos em conformidade com princípios que assegurem o seguinte: o reconhecimento da natureza do processo educativo, da função social e dos objetivos do Sistema



Federal de Ensino; a dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração; a qualidade do processo de trabalho; a vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições; o desenvolvimento do servidor no cargo vinculado aos objetivos institucionais; a garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, inclusive a educação formal; a avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico; e a oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência.

Minhas amigas e meus amigos,

O compromisso com a verdadeira democratização do acesso ao ensino superior e com uma educação de qualidade constitui prioridade básica de nosso governo.

Diante das novas demandas que a educação no Brasil apresenta, não era mais possível manter a estrutura do plano de cargos até aqui existente.

Os servidores técnico-administrativos são parte fundamental das nossas universidades, das escolas técnicas e dos centros de educação tecnológica.

O conhecimento gerado nesses locais é cada vez mais necessário e estratégico para a continuidade do desenvolvimento sustentado em nosso país. São muitas, assim, as razões que me trazem enorme alegria ao sancionar esta Lei.

Quero dar os meus parabéns e agradecer ao Congresso Nacional, na figura dos deputados aqui presentes, que compreendendo a importância do projeto remetido à sua apreciação em setembro do ano passado, prontamente o discutiu e o aprovou.

Parabéns aos servidores, aos dirigentes das instituições federais de ensino, à Fasubra e ao Sinasefe, e também a todos os Ministérios que se empenharam com afinco nas negociações que resultaram nesta Lei.

Eu quero terminar dizendo para vocês: este passo que nós demos foi



vigoroso e extremamente importante, e eu tenho certeza que daqui para a frente só há uma única possibilidade, que é a gente dar mais um passo para a frente e nunca um passo para trás.

Muito obrigado e parabéns a todos vocês.